

# Taxa de pobreza em Portugal sobe para 27,6% com custos da habitação

written by Maria Paulo | 29 de Maio, 2026



Um estudo da Rede Europeia Anti-Pobreza divulgado esta quinta-feira conclui que o risco de pobreza em Portugal sobe de 16,6% para 27,6% se foram considerados os custos com a habitação.

De acordo com o estudo, que compila dados oficiais relativos a 2024, cerca de 1,76 milhões de pessoas encontravam-se em situação de risco de pobreza, o equivalente a 16,6% da população residente.

A organização sublinha que este indicador não inclui os encargos com a habitação, estimando que, com esse fator, a taxa subiria para 27,6% e abrangeria quase três milhões de pessoas, mais cerca de um milhão do que o cálculo oficial.

Em declarações à Lusa, Paula Cruz, do Departamento de Investigação e Projetos EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-

Pobreza, defendeu a inclusão dos custos com a habitação no cálculo da taxa de risco de pobreza pois permitiria obter um retrato **“mais fiel”** da realidade social do país. A responsável alertou ainda para o **agravamento da vulnerabilidade das famílias** devido ao peso crescente destas despesas.

**“Atualmente, a taxa de risco de pobreza não contabiliza os gastos com a habitação”**, afirmou, considerando que o indicador que inclui essas despesas evidencia melhor o rendimento efetivamente disponível das famílias e a sua exposição à pobreza.

**“Se retirarmos esse valor, percebemos que as pessoas ficam com menos rendimento disponível e mais vulneráveis”**, sublinhou.

Segundo o documento da rede europeia anti-pobreza, apresentado esta quinta-feira no instituto politécnico de Santarém, a evolução recente mostra que **a diferença entre a taxa de risco de pobreza global e a calculada após custos com habitação tem vindo a aumentar significativamente, atingindo 66% em 2024, o que demonstra o impacto crescente destas despesas no rendimento disponível.**

A investigação alerta que o atual modelo de medição, baseado sobretudo no rendimento mediano, **“não abrange outras dimensões”** essenciais ao bem-estar, nomeadamente as condições habitacionais, o que pode excluir situações de pobreza real.

O documento destaca ainda a **forte pressão sobre o mercado imobiliário**, referindo que os **preços da habitação aumentaram 17,6% em 2025**, atingindo máximos históricos e afastando-se dos rendimentos das famílias.

Esta evolução, conjugada com fenómenos como a **sobrelotação, a especulação imobiliária e a sobrecarga financeira**, tem contribuído para um **acesso “cada vez mais restrito” à habitação**, lê-se no documento. **“Quando falta uma habitação, falta tudo o resto. Tem impacto na saúde, no acesso ao emprego e na educação”**, advertiu.

O documento aponta também desafios estruturais, como a baixa percentagem de habitação pública no país (cerca de 2%) e a deficiência energética do parque habitacional.

Em declarações à Lusa, a coordenadora da EAPN Portugal, Maria José Vicente, abordou também a **pobreza infantil**, referindo que o combate deve centrar-se nas famílias e não apenas nas crianças, sublinhando que **cerca de 17% das crianças vivem em risco de pobreza no país**.

***“As crianças não nascem pobres, estão inseridas em agregados familiares que estão vulneráveis”***, afirmou, defendendo uma abordagem mais abrangente que tenha em ***“conta o contexto familiar em que estas situações se desenvolvem”***.

A responsável referiu que existem vários instrumentos em vigor, como a estratégia nacional dos direitos das crianças e a estratégia nacional de combate à pobreza, mas considerou essencial reforçar ***“a ligação entre estas medidas e assegurar a sua aplicação de forma coordenada”***.

Maria José Vicente salientou ainda a necessidade de envolver as próprias pessoas em situação de pobreza na definição das medidas, considerando que devem ser vistas como ***“sujeitos ativos”*** e não apenas como beneficiárias.

Estas conclusões surgem no final de um ciclo de três encontros promovidos pela EAPN Portugal, que visaram recolher contributos para um conjunto de recomendações a apresentar a decisores políticos, no âmbito das comemorações dos 35 anos da organização.

OC/MP